

PENSAMENTO PEDAGÓGICO E DESAFIOS DA DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Me. Diego Azevedo Maia  0000-0001-6555-589X

Dr. Sandra Maria Campos Alves  0000-0002-9343-9324

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

RESUMO: O ensino através da docência tem contribuição importante para a sociedade, pois ajuda na formação de um cidadão crítico-reflexivo. Isso somente é possível devido aos esforços dos professores e da escola no cumprimento deste ofício, porém à docência enfrenta vários desafios, no caso específico da Educação Profissional e Tecnológica, pode-se elencar: as práticas pedagógicas; a trajetória histórica; as diversas modalidades

de ensino que o professor deve estar apto a ensinar, como também sua formação docente enquanto profissão. O objetivo deste artigo é fazer uma breve análise dos desafios que o professor dessa modalidade educacional enfrenta para a formação integradora do aluno enquanto cidadão e também apresentar algumas alternativas que os levem a superação destes desafios.

PALAVRAS-CHAVE: Práticas Pedagógicas; Educação Profissional Tecnológica; Desafios dos Professores.

PEDAGOGICAL THINKING AND CHALLENGES OF TEACHING IN PROFESSIONAL AND TECHNOLOGICAL EDUCATION

ABSTRACT: Teaching through teaching has an important contribution to society, as it helps in the formation of a critical-reflective citizen. This is only possible due to the efforts of teachers and the school to fulfill this task, but teaching faces several challenges, in the specific case of Professional and Technological Education, we can list: pedagogical practices; the historical trajectory;

the various teaching modalities that the teacher must be able to teach, as well as his teacher training as a profession. The objective of this article is to make a brief analysis of the challenges that the teacher of this educational modality faces for the integrative formation of the student as a citizen and also to present some alternatives that lead them to overcome these challenges.

KEYWORDS: Pedagogical practices; Technological Professional Education; Challenges for Teachers.



1 INTRODUÇÃO

O momento histórico faz parte dos elementos que caracterizam determinada sociedade. A educação que o indivíduo recebe é diretamente vinculada ao contexto histórico em que a comunidade escolar está inserida. Nessa perspectiva, estudar a área da educação, desde os primórdios até os dias atuais, proporciona um embasamento teórico que possibilita uma reflexão crítica perante os problemas e desafios enfrentados cotidianamente pelos professores.

Tempos atrás, o trabalho do professor se resumia a apenas transmitir os conhecimentos por ele adquirido. Sua profissão era exercida de maneira tradicional, com exercícios e métodos rígidos e estáticos, sem que houvesse grandes reflexões por parte dos alunos.

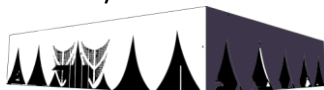
Com o passar do tempo, alterações no ato de ensinar ocorreram, seguindo as transformações históricas e hoje é sabido que a educação passou a ter uma nova dinâmica que exige do professor um novo perfil para acompanhar essas transformações.

Tornou-se necessário também, a construção de uma nova postura, por parte deste profissional em relação ao processo de ensino e aprendizagem, ou seja, ele deixa de ser o ator principal para se tornar o mediador num processo, que agora, é uma via de mão dupla.

A educação de forma séria e fundamentada, voltada para os interesses coletivos, é o melhor instrumento de transformação para a sociedade. O professor, por sua vez, tem um importante papel de formar um ser crítico que seja capaz de refletir e perceber os problemas socioculturais que estão em seu entorno, fazendo com que esse aluno busque as modificações necessárias para contribuir nas mudanças da realidade em que vive.

É indiscutível a importância do professor, pois o ensino através da docência, contribui para a formação integradora e complexa do homem enquanto cidadão, formação essa fundamental, para o desenvolvimento da sociedade.

Porém, à docência enfrenta vários desafios para o cumprimento dos seus objetivos. Dentre os desafios a serem observados, estão: as práticas pedagógicas, a trajetória histórica da carreira docente, a formação acadêmica e as diversas modalidades de ensino que o professor deve estar apto para trabalhar, desde a Educação Básica, Educação Profissional e Tecnológica, até o ensino Superior.



Partindo desta constatação, este artigo tem como objetivo fazer uma trajetória histórica do pensamento pedagógico e sua influência no ensino e uma breve análise dos desafios que o docente enfrenta na Educação Profissional e Tecnológica (EPT)¹ com viés de uma formação integradora do discente enquanto cidadão.

2 TRAJETÓRIA HISTÓRICA DO PENSAMENTO PEDAGÓGICO E DA DOCÊNCIA

A profissão docente é tão antiga quanto a humanidade, desde os primórdios sempre houve transmissão de conhecimento. Os mais velhos adquiriam conhecimentos através das experiências vividas e transmitiam esses conhecimentos aos mais novos. Esses ensinamentos eram repassados aos mais novos de maneira totalmente empírica.

Segundo Gadotti (2006):

A prática da educação é muito anterior ao pensamento pedagógico. O pensamento pedagógico surge com a reflexão sobre a prática da educação, com necessidade de sistematizá-la em função de determinados fins e objetivos (GADOTTI, 2006, p. 21).

No caso do Brasil, o pensamento pedagógico tem sua trajetória atrelada ao contexto histórico e cultural do país. Afinal, “as teorias são produtos dos seres humanos e estes, como seres dinâmicos, vivem em interação com as condições e circunstâncias cotidianas, também históricas” (SANTOS, 2005, p. 60).

A primeira experiência educacional no Brasil se deu com os jesuítas, através da Companhia de Jesus, movimento que surgiu na Europa após a Reforma Protestante que abalou as estruturas clericais milenares da Igreja Católica.

A companhia foi uma das ações de um movimento em contraposição a Reforma, chamada de Contrarreforma, tinha como objetivo expandir a fé católica para fora dos limites europeus, tratava-se dos séculos XV e XVI, as grandes navegações haviam descortinado um novo mundo, este por sua vez, torna-se o principal alvo de atuação da companhia.

¹ Educação Profissional Tecnológica.



Os jesuítas chegaram ao Brasil no ano de 1549, desenvolveram um trabalho de catequização que abrangiam grupos como: índios, imigrantes europeus e imigrantes africanos.

A ação dos padres jesuítas atendia ao mesmo tempo, os projetos religioso e estatal, a organização curricular dos conteúdos ministrados e atividades propostas eram alinhados ao pensamento religioso, de acordo com SAVIANI (2008, p. 37), as missões jesuíticas uniam “colonização, educação e catequese”.

O domínio da Igreja sobre o processo educacional no Brasil Colônia foi rompido pelo despotismo esclarecido do Marquês de Pombal, primeiro-ministro do monarca português D. José I. O marquês, adepto e propagador do pensamento iluminista que surgiu na Europa no século XVII, expulsou os jesuítas do Brasil, a partir de então, o ensino no país passa a ser norteador por um pensamento pedagógico que privilegia uma nova racionalidade na produção do conhecimento e na prática pedagógica.

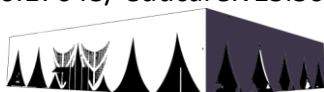
Com o fim da colonização as teorias pedagógicas no Brasil assumem uma nova faceta, a educação começa, a passos lentos, a ser vinculada ao Estado. O governo Imperial era responsável pelo ensino primário ofertado aos menos favorecidos economicamente, esta modalidade recebia pouca atenção do Estado, por isso o sistema de ensino adotado nas escolas públicas foi o lancasteriano.

O método Lancaster (1789)² era o que o Brasil tinha de melhor nessa época, as crianças tinham um pouco de noção da leitura, do cálculo, da escrita e do catecismo, essa metodologia era utilizada para suprir a falta de professores, possuía muitas falhas, mas foi utilizado por 15 anos seguidos.

Com relação às ideias pedagógicas podem-se afirmar “num sentido mais restrito, que foram discutidas a partir de aproximações de pensadores como Silvestre Pinheiro Ferreira com correntes de pensamento e movimentos sociais” (SAVIANI, 2008, p. 175).

Após a proclamação da República, no final do século XIX, o Brasil que já vivia um contexto econômico caracterizado pelo sucesso da produção cafeeira e o crescente processo de industrialização, entra num contexto político de formação de um Estado Nacional Republicano, que

2 O **método Lancaster** é um método pedagógico desenvolvido pelo inglês Joseph Lancaster (1778-1838) no final do século XVIII na Europa. Conhecido também por método monitorial ou mútuo difere dos métodos que o antecederam por utilizar alunos que se destacam dos demais como alunos monitores, responsáveis por contribuir para o ensino do restante do grupo.



irá romper com estruturas políticas e religiosas do regime anterior, dentre as quais podemos destacar o aspecto religioso do Estado, que passa a não ter mais o catolicismo como religião oficial. Dentro desse cenário percebe-se que:

O equilíbrio entre a pedagogia tradicional e a pedagogia nova. Ganha o primeiro plano a atuação de personagens comprometidos com o processo de renovação da educação, que pontificaram o movimento escolanovista. Lourenço Filho é tratado como grande formulador das “bases psicológicas” desse movimento. Fernando Azevedo teria sido mentor de suas “bases sociológicas” nas reformas de ensino. Anísio Teixeira, por sua vez é celebrado como articulador das “bases filosóficas e políticas da renovação escolar” (SAVIANI, 2008, p. 175).

Numa fase de transição do ideário político do sistema republicano, na qual as velhas estruturas oligárquicas são desconstruídas pela Revolução de 30, percebe-se o crescimento de ideologias decorrentes dos conflitos sociais como o anarquismo e o comunismo.

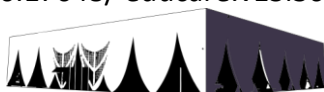
Essas ideologias refletiram diretamente no fortalecimento do pensamento pedagógico renovado que se contrapõem aos preceitos pedagógicos rígidos da pedagogia tradicional.

Vale ressaltar que o pensamento pedagógico tradicional é caracterizado por aspectos como a verdade absoluta do conhecimento, produção deste centralizado na figura do professor e este por sua vez, deveria ser neutro, a metodologia de aprendizagem era focada na memorização e o aluno era visto como mero receptor.

A pedagogia renovada rompe com a estrutura pedagógica apresentada anteriormente. De acordo com Santos “imbuídos do espírito otimista do início da era industrial e do ideário de sociedade democrática de John Dewey, os escolanovistas preconizavam a transformação por meio da educação” (SANTOS, 2005, p. 69).

Nesse contexto, o processo de ensino-aprendizagem passa a ser centralizado no aluno, aspectos como autonomia, liberdade de expressão e diálogo entram em foco. Aliado a esses aspectos, este pensamento pedagógico também foi de fundamental importância para a reivindicação ao Estado do ensino público que deveria ser também de qualidade.

Na segunda metade do século XX, o Brasil viveu um período de grande efervescência política que culminou no golpe militar de 1964. Durante os vinte anos de vigência do Regime Militar a educação reproduziu um pensamento pedagógico que carregava um forte cunho político alinhado também com interesses econômicos nacionais e internacionais.



É nesse contexto que a pedagogia tecnicista entra em cena, a mesma retoma pressupostos da pedagogia tradicional como a neutralidade científica e agrega outros como a racionalidade, eficiência e produtividade.

Para Saviani “a pedagogia tecnicista advoga a reordenação do processo educativo de maneira que o torne objetivo e operacional. De modo semelhante ao que ocorreu no trabalho fabril, pretende-se a objetivação do trabalho pedagógico” (SAVIANI, 2007, p. 379).

A pedagogia tecnicista estruturou a educação profissional ofertada no nível médio, os cursos técnicos integrados a esta modalidade de ensino se popularizam no país, possuíam uma organização curricular que, ao mesmo tempo reproduziam a ideologia política vigente e preparava mão de obra para o mercado de trabalho.

Porém, essa educação era voltada exclusivamente para as classes menos favorecidas, pois o foco dos cursos técnicos era a formação de trabalhadores alienados que passavam a compor a massa de operários que davam vida as obras propostas no rápido e tênue desenvolvimento econômico denominado Milagre Econômico.

Deve-se ressaltar que este modelo de educação não era partilhado pela elite, pelo contrário, atendia a um projeto da própria elite de padronização de comportamento das massas e alinhamento com normas do capital, ou seja, o currículo era um instrumento de manutenção do poder do Estado.

Com fim do Regime Militar nos anos 80 do século XX, o sentimento democrático que pairava no país favoreceu a estruturação e a disseminação de pensamentos pedagógicos críticos que tinham como principal finalidade o combate as ideologias dominantes.

Essas pedagogias, nominadas por Saviani como contra hegemônicas, focavam ou focam na educação popular, na formação crítica dos educandos frente a luta de classes.

A autonomia e a produção do conhecimento voltam à cena, nessa perspectiva, o processo de ensino-aprendizagem passa a ser engendrado da seguinte maneira: “um método pedagógico que parte da prática social em que o professor e aluno se encontram igualmente inseridos, ocupando, porém, posições distintas, condição para que travem uma relação fecunda na compreensão e no encaminhamento da solução dos problemas postos pela prática social.” (ALVES, 2008, p. 177).

Como percebe-se, as pedagogias contra hegemônicas, estruturadas sob a égide de crítico-social prima pela transformação social partindo da compreensão, por parte do aluno, da realidade



social, das relações do mundo do trabalho e das vivências sociais, como aspectos não naturalizados, mas sim construídos pelo homem a partir das normas do Estado e do Capital.

Portanto, ao longo do tempo, as práticas pedagógicas sofreram grandes transformações, desde a igreja com a sua contribuição para ensino, através dos jesuítas e membros da igreja, que apesar de não terem formação pedagógica adequada, educava a população através da catequese; até a interferência do Estado na educação que era dominada pelos ensinamentos da igreja, devido a interesses divergentes, por ele almejados.

Logo, a prática docente sempre foi sujeita a diversos interesses que se materializavam nas práticas pedagógicas, contribuindo assim para a falta de formação de uma identidade docente enquanto profissão.

Conforme Nóvoa (1995):

Contrariamente a outros grupos profissionais, os docentes não codificaram jamais, de maneira formal, um conjunto de regras deontológicas. Isso se explica por duas razões: *primo*, o comportamento ético lhes foi ditado do exterior, em princípio pela igreja, depois pelo estado; *secundo*, estas duas instituições exerceram uma após a outra, o papel de mediadores da profissão docente, tanto em suas relações internas quanto nas externas (NÓVOA, 1995, p. 120).

Com a Revolução Industrial surge a necessidade de formação de trabalhadores para atender a indústria, com o objetivo de formar profissionais para única e exclusivamente servir como mão de obra nas indústrias nascentes.

Devido a isso o ensino muda novamente o seu objetivo e conseqüentemente a profissão docente tem que se adequar a esse novo cenário, interferindo assim em sua autonomia e suas competências enquanto profissão. (Frase longa).

Para Perrenoud (2001):

Para serem profissionais de forma integral, os professores teriam de construir e atualizar as competências necessárias para o exercício pessoal e coletivo da autonomia e da responsabilidade. A profissionalização do ofício do professor exigiria uma transformação do funcionamento dos estabelecimentos escolares e uma evolução paralela dos outros ofícios relacionados ao ensino (PERRENOUD, 2001, p. 12).

Atualmente, o professor não é apenas mero transmissor de conhecimentos, devido as rápidas mudanças pelas quais passam a nossa sociedade, o docente tem que ser um mediador para



um ensino participativo, visto que antigamente o aluno tinha o papel simplesmente de absorver os conhecimentos repassados de forma pronta e definitiva.

Na contemporaneidade, a participação democrática do aluno é fundamental para o ensino e conseqüentemente é parte integrante da atuação docente. Ou seja, prima-se por uma abordagem que priorize o entendimento integral dos fenômenos, em oposição ao procedimento estático em que seus componentes são tomados isoladamente.

Essa mudança de paradigma é de fundamental importância na educação profissional e tecnológica.

Conforme Masetto (1994):

O conhecimento não está acabado; exploração de “seu” saber provido da experiência através da pesquisa e reflexão sobre a mesma; domínio de área específica e percepção do lugar desse conhecimento específico num ambiente mais geral; superação da fragmentação do conhecimento em direção ao holismo, ao inter-relacionamento dos saberes, a interdisciplinaridade; identificação, exploração e respeito aos novos espaços de conhecimento; domínio, valorização e uso dos novos recursos de acesso ao conhecimento; abertura para uma formação continuada (MASETTO, 1994, p. 96).

No caso do Brasil, os professores sempre vivenciaram uma particularidade que é a educação marcada pela desigualdade social e educacional. Essa divisão foi ao longo do tempo, fomentada pela forma de organização dos meios produtivos, que se refletem diretamente nos meios educacionais, influenciando assim, nos desafios que o docente enfrenta na sua profissão.

3 ALGUNS DESAFIOS DA DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

O ensino para os alunos da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) não é tão simples como o nome “profissional e tecnológica” aparenta em seu simples significado dicionarizado, ou seja, “voltada para o treinamento em executar uma determinada atividade”.

Para Coelho (1997):

O conceito de educação tecnológica possui uma abrangência maior, implicando uma formação que prevê o desenvolvimento integral do trabalhador, de suas amplas habilidades cognitivas – que incluem, mas ultrapassam a assimilação de informações técnicas, enfatizando o domínio dos fundamentos científicos subjacentes ao saber fazer, de suas habilidades sócio afetivas, de sua ética e de uma reflexão sobre valores que incluam o



estudo crítico do contexto sociopolítico e econômico em que a ciência e a tecnologia são produzidas, disseminadas e aplicada (ou não) (COELHO, 1997, p. 52).

Atualmente, a necessidade de tornar o ensino profissionalizante menos tecnicista, formando um profissional mais crítico e criativo é discutida tanto pelo meio acadêmico, quanto pela própria sociedade.

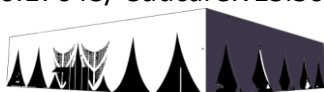
Essa tendência constitui-se em um grande desafio para os professores engajados na formação desses alunos, principalmente na seleção de conteúdo dentro de uma organização curricular, pois “O que define a seleção de conteúdo e métodos no currículo na perspectiva da classe trabalhadora são os interesses dos dominados, posto que a escola visaria garantir à classe o acesso ao conhecimento, bem como uma assimilação efetiva para que, ao compreender a realidade, possa produzir formas de transformá-la.” (RAMOS, 2016, p. 05).

Diante desse cenário, o professor da EPT se depara com o obstáculo de articular o ensino acadêmico com o ensino profissionalizante dentro de diversas modalidades de ensino (ensino técnico integrado; ensino técnico concomitante; ensino técnico subsequente, educação de jovens e adultos; entre outras modalidades). Além disso, a desarticulação dos currículos; a falta de diálogo entre professores de áreas de ensino diferentes corrobora para que não haja uma integração de informações, pois o que ocorre na prática são disputas por conteúdo, espaços acadêmicos, horas/aulas para ministrar as suas disciplinas, etc.

Além disso, também existe dificuldade dos professores que trabalham em áreas diferentes, em promover a interdisciplinaridade entre disciplinas da Base Nacional Curricular Comum (matemática, português, química, física, história, geografia, entre outras) e as disciplinas das áreas técnicas (mecânica, elétrica, construção civil, etc.), muitas vezes essas dificuldades são reflexos dessa disputa de interesses.

Apesar de existir no mesmo ambiente escolar essas divergências entre os professores, há um ponto em comum entre eles, a deficiência em suas formações acadêmicas para o ensino na EPT. Na Universidade, os futuros professores na sua formação não têm um estudo aprofundado do tema relativo à educação profissional e tecnológica, que sabemos possuir particularidades e características específicas a serem discutidas e trabalhadas. Na academia o estudo se limita, em muitas vezes, a preparação para o ensino na educação básica e fundamental.

Segundo Oliveira Junior (2008, p.72):



Um dos maiores problemas relacionado com a formação de professores em geral e que ficou mais evidenciado nas tentativas de formação de professores para o ensino técnico é que as Universidades têm dificuldades intrínsecas para lidar com essa questão. Nas licenciaturas o que se ensina basicamente é a História da Educação [...] poucas vezes se discute o aqui e o agora. Poucas vezes se discute o real e o concreto, a escola da realidade e que o professor irá encontrar (JUNIOR, 2008, p. 72).

Essa ausência de formação dificulta atuação dos professores na educação básica, afinal é difícil inter-relacionar os conteúdos da Base Nacional Curricular Comum, com os ministrados na parte profissional, devido à falta de vivência no ambiente de mercado; o mesmo acontece, mas de maneira contrária, com os professores da área técnica no ensino da EPT, que apesar de terem experiência na parte prática profissional tem dificuldade em inter-relacionar os conteúdos das áreas básicas, devido à falta de experiência em sala de aula.

Conforme Ferreti (2010):

Desde seus primórdios no país, os docentes das disciplinas técnicas são recrutados entre profissionais das áreas a que se referem os cursos oferecidos com base em seus conhecimentos técnicos e/ou em sua prática. No geral, não têm formação pedagógica que fundamente sua atividade docente, resultando os procedimentos que utilizam em salas de aula, ou nas oficinas e laboratórios, de leituras por conta própria, de improvisações e de conhecimentos derivados da experiência (FERRETI, 2010, p. 3).

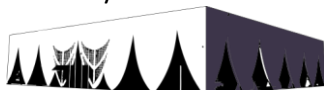
Devido à falta de uma política educacional para a formação de professores para atuar na educação profissional e tecnológica resta aos próprios docentes a iniciativa individual na busca de qualificação para trabalhar na EPT ou, até mesmo, os próprios professores criam seus métodos de ensino e suas práticas pedagógicas, a partir da experiência com a prática em sala de aula.

Conforme Marchesi (2008, p. 120) “com um longo processo de experiências vividas, de encontros com os outros e de reflexão sobre a própria prática”.

Os professores da educação profissional e tecnológica, segundo Oliveira (2006):

Sofre de constrangimento relativos a falta de: uma política regular e orgânica que trate a licenciatura na área, com uma formação específica mas regular e imbuída de integralidade; sistematização de propostas consolidadas em/pela prática de agências formadoras; produção acadêmico-científica sobre a matéria; reconhecimento social do trabalho desses professores; e entendimento da docência em sua especificidade e complexidade, por parte, também, desses próprios professores (OLIVEIRA, 2006, p. 6).

É preciso também frisar que na educação profissional e tecnológica são diversas as maneiras de seleção dos professores. Nas escolas privadas é priorizado o professor que tenha experiência no mercado de trabalho, deixando em segundo plano a sua formação pedagógica. Já nas



escolas públicas, principalmente na rede federal de educação, a seleção de professores é realizada através de concursos públicos, na qual o critério de seleção principal é sua formação acadêmica, tais como especialização, mestrado ou doutorado, a experiência no mercado de trabalho não é tão relevante.

É verificado e louvável o avanço de políticas públicas no sentido da expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica. O empenho da rede está no compromisso de formar cidadãos ativos prontos para atuar na sociedade de forma ativa e, ao mesmo tempo contribui para o desenvolvimento econômico, cultural e político. O mesmo não ocorre com as escolas privadas, pois o objetivo predominante é a inserção do aluno no mercado de trabalho, simplesmente.

Portanto, o professor da educação profissional e tecnológica exerce um papel fundamental para a formação do discente, pois além de educar para formação profissional tem o dever de formar um cidadão emancipado.

Além dessa realidade o professor na educação profissional e tecnológica tem que ser um profissional polivalente devido as várias atividades a qual é submetido, como: atividades de pesquisa, de extensão, preparação de aulas (a diversos públicos específicos de acordo com a modalidade de ensino), e em alguns casos, até mesmo, a responsabilidade de coordenação de cursos.

Percebe-se que atividade docente na educação profissional e tecnológica não é uma tarefa fácil, além do que já foi citado, há também a responsabilidade em ensinar de maneira adequada para formação de um cidadão crítico-reflexivo.

De acordo com Grischke (2010):

O professor de ensino profissional é um docente polivalente. No ensino propedêutico existem professores que ministram aulas no ensino fundamental, outros no ensino médio e outros no ensino superior. Mas existe apenas um tipo de professor que ministra aulas no ensino básico, superior e de pós-graduação, além de atuar na pesquisa e na extensão, em uma mesma Instituição de Ensino. Esse professor antes era denominado de “Professor de ensino de 1º e 2º graus”, hoje, denomina-se “professor de ensino básico, técnico e tecnológico” (GRISCHKE, 2010, p. 25).

Como não bastassem os desafios elencados anteriormente, abstendo-se de referências contraditórias ao atual momento político nacional, o professor da educação profissional e tecnológica se depara com a recente proposta de reforma do ensino médio na Lei n.º 13415, de 16 de fevereiro de 2017, com características diametralmente opostas ao processo ideal de integração entre o ensino geral e profissional e, portanto, prejudicando a formação e emancipação do aluno



crítico-reflexivo, além de citar, a título de exemplificação, a restrição de conteúdos e o caráter impositivo da proposta governamental em questão. Esse é mais um desafio que os professores da EPT serão submetidos em suas atividades profissionais.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A docência na EPT passou e ainda passa, por desafios a serem superados. É importante o estudo aprofundado para essa modalidade de ensino, assim como, é fundamental a estruturação de Política de Estado a curto, médio e longo prazo que subsidiem a educação profissional, e não uma Política de Governo transitória na busca, muitas vezes, de interesses escusos.

Para Frigotto (2010), a conscientização é elemento primordial para a construção de uma educação para a omnilateralidade; essa consciência crítica, que se assemelha a consciência de si próprio como ser histórico e, no limite, a consciência de classe de si como agente transformador só pode ser construída no contexto de uma EPT de base unitária e emancipadora (no sentido gramsciano³). Para construir essa educação profissional e tecnológica que é almejada, a luta coletiva não pode ser travada apenas em termos filosóficos, mas também em termos pedagógicos, nas ações docentes organizadas.

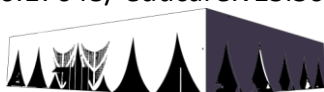
A chave para a superação da dualidade e para o fortalecimento da EPT passa pelas dimensões teóricas do trabalho, como princípio educativo, bem como, pelas dimensões das práxis e pelas especificidades pedagógicas do trabalho docente.

REFERÊNCIAS

ALVES, Gilberto Luiz. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 13, n. 37, p.173-178, abril de 2008.

COELHO, Suzana Lana Burnier. **Repensando um projeto de educação tecnológica referenciado na**

³ **Antonio Gramsci** (Les, 22 de 1891 — Roma, 27 de abril de 1937) foi um filósofo, marxista, jornalista e político italiano. Escreveu sobre teoria política, sociologia, antropologia e linguística. Não sendo pedagogo, Gramsci entendeu que a educação era uma dimensão estratégica na luta pela transformação da sociedade e apresentou uma das mais consistentes propostas para organizar a cultura no mundo capitalista, delineando o projeto da escola unitária.



formação do cidadão-técnico: algumas reflexões para a formulação de novas propostas educativas. 2 ed.??? Belo Horizonte: Educação & Tecnologia, 1997. 52-56 p. Rever a citação. É artigo em periódico?

FERRETI, Celso João; SILVA, Monica Ribeiro. Reforma do Ensino Médio no contexto da Medida Provisória nº 746/2016: estado, currículo e disputas por hegemonia. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 38, n. 139, p. 385-404, abr./jun. 2016. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0101-73302017000200385&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 30 abr. 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. **A experiência do trabalho e a educação básica**. 3 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010. 17-31 p.????

GADOTTI, Moacir. **História das ideias pedagógicas**. 8 ed. São Paulo: Ática, 2006.

GRAMSCI, Antonio. **La alternativa pedagógica**. Barcelona: Editorial Fontamara, 1981.

GRISCHKE, Paulo Eduardo; HIPÓLYTO, Antonio Moreira. **O novo gerencialismo e a (auto)intensificação do trabalho docente na educação profissional**. Belo Horizonte: Endipe, 2010.

MARCHESI, Álvaro. **O bem-estar dos professores: competências, emoções e valores**. Porto Alegre: Artemed, 2008.

MARX, Karl. **O capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

MASSETO, Marcos Tarciso. **Pós-graduação e formação de professores para o 3º grau**. São Paulo, 1994.

NÓVOA, Antônio. **Os professores e sua formação**. Dom Quixote, 1997.

OLIVEIRA, Waldemar Junior. **A formação do professor para a educação profissional de nível médio: tensões e (in)tenções**. Santos: Universidade Católica, 2008. 127 p.

PERRENOUD, Philippe. **A ambiguidade dos saberes e da relação com o saber na profissão de professor: Ensinar: agir na urgência, decidir na incerteza**. Porto Alegre: Artmed, 2001. 135-193 p.

RAMOS, Marise. O currículo na perspectiva de classe: desafios e possibilidades para a educação profissional. **Revista Educere et Educare**. Vol. 11 Número 23 Jul./dez. 2016

SAVIANI, Dermeval. **História das Ideias Pedagógica no Brasil**. Campinas: Autores associados. 4ª edição. 2007.

Recebido em: 17-02-2019

Aceito em: 01-08-2020

